

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DE NOVA VALQUEIRE

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede, Foro e Duração

Artigo 1º. A Associação Comunitária de Moradores de Nova Valqueire, doravante denominada **ACMNV**, é uma associação de pessoas físicas e jurídicas, sem fins lucrativos, regida pelo presente estatuto e pelas disposições legais aplicáveis, inclusive o Código Civil.

Artigo 2º. A ACMNV tem sede à Rua Lagoa Funda, s/n, Vila Valqueire, Rio de Janeiro/RJ - CEP 21330-270.

Artigo 3º. A ACMNV tem personalidade distinta de seus associados, não respondendo estes, individualmente, pelos compromissos por aquela assumidos.

Parágrafo único: a ACMNV possui duração de prazo indeterminado.

CAPÍTULO II

Da Abrangência e dos Objetivos

Artigo 4º. A Associação Comunitária de Moradores de Nova Valqueire abrange os seguintes logradouros:

- Praça José Henrique Rodó;
- Praça Pardinho;
- Praça Rubiácea/Vantuil;
- Rua Água Comprida;
- Rua Águas Mornas;
- Rua Arcozelo (até a Rua Porto Sávio);
- Rua Capim Branco;
- Rua Cardo Santo;
- Rua Contenda;
- Rua das Rosas (lado par, das ruas Luiz Beltrão até a Tejo);
- Rua Divina Misericórdia;
- Rua Guapimirim;
- Rua Lagoa Funda;
- Rua Mata Grande;
- Rua Moita Bonita;
- Rua Nova Odessa;

- Rua Nova Sardenha;
- Rua Novo Cruzeiro;
- Rua Ouro Branco;
- Rua Palotina;
- Rua Planalto Mineiro;
- Rua Poços de Caldas;
- Rua Porto Santana;
- Rua Recreio;
- Rua Rochedo;
- Rua Rosário Oeste;
- Rua Tombos;
- Rua Três Pontas;
- Rua Turvânia.

Artigo 5º. A ACMNV tem como objetivo:

- I. Cooperar para o desenvolvimento urbano;
- II. Zelar pela tranquilidade de seus associados;
- III. Buscar a melhoria das condições de vida no loteamento;
- IV. Cultivar a vida associativa;
- V. Representar os interesses da associação e seus associados junto aos órgãos públicos;
- VI. Implementação de atividades culturais, recreativas, de esporte e lazer para seus integrantes.

Artigo 6º. Dentre as atividades da ACMNV, estão:

- I. Vigilância e segurança das partes comuns, dentro de suas possibilidades financeiras e estatutárias;
- II. Limpeza, conservação e manutenção das áreas comuns;
- III. Controle de acesso de veículos e pedestres;
- IV. Controle e operação do uso das áreas e partes comuns;
- V. Implementação de regras de convivência comunitária;
- VI. Atuação junto aos órgãos públicos e empresas privadas visando alcançar os referidos objetivos.

CAPÍTULO III

Dos associados

Artigo 7º. São associadas todas as pessoas físicas ou jurídicas que manifestaram seu interesse no ingresso na associação, perante qualquer instrumento de cadastro disponibilizado.

Artigo 8º. Os associados serão distribuídos nas seguintes categorias:

- Associados EFETIVOS: os associados que são proprietários ou os com proprietários residentes há mais de 2 anos ou inquilinos residentes no logradouro há mais de 4 anos, na área residencial abrangida pela ACMNV;
- Associados CONTRIBUINTES: os associados, em pessoa física, que não são proprietários ou residentes da área residencial da ACMNV;
- Associados BENEMÉRITOS: os associados, em pessoa física ou jurídica, que, independentemente do local de residência, prestam serviços considerados como relativos aos objetivos da ACMNV.

Parágrafo único: a diretoria da ACMNV pode, de forma justificada, indeferir os pedidos de associação de associados CONTRIBUINTES ou BENEMÉRITOS.

CAPÍTULO IV

Dos direitos e deveres

Artigo 9º. São direitos dos associados:

- a. Votar e ser votado, nos termos deste estatuto;
- b. Participar das Assembleias;
- c. Votar nas Assembleias;
- d. Propor a admissão de novos associados;
- e. Oferecer sugestões à diretoria relativo ao interesse da comunidade e aperfeiçoamento dos trabalhos executados;
- f. Solicitar, por meio de requerimento, à diretoria qualquer documento sob a administração da ACMNV, para exame ou consulta;
- g. Oferecer denúncia de qualquer transgressão das normas de convivência comunitária fixadas.

§1º. Somente os associados em dia com suas obrigações estatutárias gozarão das prerrogativas das alíneas 'a' e 'c'.

§2º. Todo e qualquer documento solicitado deverá ser entregue dentro de prazo fixo estipulado pela administração da ACMNV, sem distinção de qualquer natureza.

§3º. Associados BENEMÉRITOS e CONTRIBUINTES podem votar nas matérias a que estiverem direta e intrinsecamente ligados e por elas sejam afetados.

Artigo 10. São deveres dos associados:

- a. Cumprir as disposições deste estatuto, bem como os regulamentos e outras normas adotadas pela associação;
- b. Zelar pelo patrimônio moral e material da associação e ressarcir quaisquer danos ou prejuízos que porventura ocasionarem ou que sejam ocasionados por seus representantes, empregados ou visitantes;

- c. Acatar as decisões dos órgãos da associação;
- d. Não utilizar a sede, seus bens e demais dependências para propaganda político-partidária;
- e. Não utilizar os funcionários da associação para serviços particulares;
- f. Pagar pontualmente as suas contribuições, ordinárias ou extraordinárias.

CAPÍTULO V

Dos órgãos e seu funcionamento

Artigo 11. São órgãos da ACMNV:

- A Assembleia Geral;
- A Diretoria Executiva;
- O Conselho Fiscal;
- As Comissões.

Parágrafo único: As comissões serão instituídas ou diluídas por ato exclusivo do Presidente da ACMNV.

Artigo 12. A Assembleia Geral é o órgão deliberativo máximo da ACMNV, constituído pelos associados quites com suas obrigações pecuniárias.

Artigo 13. Aos associados que não estejam em dia com suas obrigações para com a associação, é facultado participar dos trabalhos das assembleias, não tendo, no entanto, direito a voto, sendo-lhes vedado participar da mesa.

SEÇÃO I – ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 14. Compete privativamente à Assembleia Geral:

- I. Ordinariamente:
 - a. Eleger os membros da Diretoria Executiva;
 - b. Eleger os membros do Conselho Fiscal;
 - c. Discutir e votar o orçamento anual da ACMNV, apresentado pela Diretoria Executiva com parecer favorável do Conselho Fiscal;
 - d. Aprovar as contas da Administração.
- II. Extraordinariamente
 - a. Deliberar sobre a destituição de qualquer membro dos órgãos da ACMNV;
 - b. Deliberar sobre quaisquer assuntos de responsabilidade da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, sempre que estes entenderem por bem submetê-las à prévia autorização da assembleia;
 - c. Autorizar a aplicação dos recursos do fundo de reserva, aprovada pela Diretoria Executiva, ouvido o Conselho Fiscal;

- d. Apreciar, em grau recursal, as questões decididas pela Diretoria, ou Conselho Fiscal;
- e. Deliberar sobre atos de aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis ou móveis de valor relevante;
- f. Deliberar sobre a mudança da sede da ACMNV;
- g. Deliberar sobre processo de exclusão de associado, garantida a ampla defesa e o contraditório;
- h. Deliberar sobre modificação do presente estatuto, proposta pela Diretoria Executiva;
- i. Deliberar sobre a dissolução da ACMNV, caso se torne impossível a realização de seus fins, definindo o destino de seu patrimônio;
- j. Deliberar sobre os casos omissos neste estatuto e sobre todas e quaisquer outras matérias em que os interesses da ACMNV aconselhem submetê-las à Assembleia Geral;

Artigo 15. As decisões da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária serão tomadas por maioria simples dos votos dos associados presentes.

Artigo 16. As Assembleias Gerais Ordinárias serão realizadas no mês de janeiro de cada ano. As Extraordinárias, a qualquer tempo.

Artigo 17. As assembleias serão presididas por associado indicado pela Diretoria Executiva ou por eleição simples, podendo o Presidente da ACMNV, com anuência da Assembleia, presidir a mesma.

Artigo 18. As assembleias serão convocadas com antecedência mínima de 10 dias, com ampla divulgação. Havendo urgência, no prazo mínimo de 5 dias.

Artigo 19. A convocação das AGOs se dará por ato do Presidente da Associação ou, em sua omissão, por ato do Presidente do Conselho Fiscal.

Artigo 20. Os pedidos de assembleia geral extraordinária por interposição de recurso devem ser avaliados pela Diretoria Executiva em até 30 dias, devendo a recusa estar justificada.

Artigo 21. O edital de convocação explicitará o dia, hora e local da reunião, além da ordem do dia, não podendo nela serem decididos assuntos não incluídos na “ordem do dia”.

Artigo 22. As assembleias gerais serão instaladas, em primeira convocação, com a presença mínima de 5% do total de associados e em segunda convocação, 30 minutos depois, com qualquer número.

Artigo 23. Todas as ATAs das assembleias deverão ser reconhecidas em cartório, com assinatura do presidente da mesa, presidente da ACMNV e secretário da mesa.

Artigo 24. Nas assembleias não se admitirá a representação de associados pessoas físicas por procuração. As procurações de representação de pessoa jurídica deverão possuir firma reconhecida.

Artigo 25. A aprovação das demonstrações financeiras e das contas exonerará de responsabilidade a Diretoria Executiva, salvo erro, dolo, fraude ou coação.

Parágrafo único: as assembleias gerais poderão ser convocadas mediante requerimento assinado por 20% do total de associados, inadimplentes ou não.

SEÇÃO II – DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 26. A Diretoria Executiva será composta por Presidente e Vice-Presidente, eleitos, Secretário Geral, Tesoureiro Geral, e, no mínimo, 3 Diretores Administrativos, nomeados.

§1º. Os cargos de secretariado, tesouraria e direção são de livre nomeação e exoneração, de competência do Presidente.

§2º. O Presidente e o Vice-Presidente devem ser empossados em Assembleia Geral, após o processo eleitoral.

§3º. Os cargos de Secretário Geral e Tesoureiro Geral podem requisitar ao Presidente a nomeação de um 1º Secretário e/ou um 1º Tesoureiro.

Artigo 27. São válidos todos os atos da Diretoria que não contrariem o presente estatuto.

Artigo 28. O mandato da Diretoria Executiva tem prazo de 2 anos, sendo ilimitada a reeleição.

Artigo 29. A Diretoria Executiva deve ser assessorada por pelo menos um advogado e um contador.

Artigo 30. É facultado ao membro da diretoria tirar licença de no máximo 60 dias.

Artigo 31. Compete à Diretoria Executiva:

- A) Manter sob sua guarda e administrar os bens da Associação, respondendo por eles perante a Assembleia Geral;
- B) Promover os meios de arrecadação de receita e autorizar, mediante a realização de despesas orçamentárias, além de outras inadiáveis, ambas até o limite de 80% da receita mensal;
- C) Recolher mensalmente 10% da receita mensal para o Fundo de Reserva que deverá ser utilizado para fins de pagamentos de dívidas, custas judiciais, débitos fiscais ou obras aprovadas, com autorização da Assembleia Geral;
- D) Recolher mensalmente 10% da receita mensal para o Fundo de Emergência que somente poderá ser utilizado para medidas urgentes, com autorização do Conselho Fiscal;
- E) Decidir, nos termos deste estatuto, sobre qualquer pretensão ou sugestão e sobre pedidos de reconsideração de atos formulado pelos associados;
- F) Aplicar penas disciplinares, obedecidas as disposições estatutárias;

- G) Admitir, punir, licenciar ou dispensar os empregados da Associação, respeitando a legislação;
- H) Tomar medidas administrativas e jurídicas contra qualquer pessoa que tenha desviado ou se apropriado indevidamente de bens pertencentes à Associação;
- I) Decidir sobre o encaminhamento das seguintes matérias à Assembleia Geral:
 - a. Proposta, devidamente fundamentada, visando a reforma parcial ou total do Estatuto;
 - b. Pedidos de crédito e despesas extraordinárias;
 - c. Filiação ou desvinculação da associação à entidades superiores;
 - d. Recurso contra alguma deliberação de algum órgão da associação, com resposta em até 30 dias corridos;
 - e. Decidir sobre os assuntos administrativos da associação, não previstos nos números anteriores, que não contrariem o presente estatuto;
- J) Apresentar ao Conselho Fiscal, no prazo máximo de 45 dias, as prestações de contas mensais;
- K) Convocar reuniões com o Conselho Fiscal, quando necessário.

Artigo 32. Compete ao Presidente da Associação:

- A) Representar e defender a associação e a Diretoria Executiva, podendo constituindo procurador, quando necessário, para representar a associação, inclusive judicialmente;
- B) Administrar a associação, exercendo suas competências e fazendo valer suas próprias deliberações e as dos órgãos da associação, assim como o estatuto e a legislação vigente;
- C) Convocar e presidir o início dos trabalhos das Assembleias;
- D) Convocar a Assembleia Geral, quando houver assunto urgente a resolver;
- E) Nomear, no prazo de 08 dias, os Diretores que comporão a Diretoria, a contar da assembleia que o eleger ou da renúncia de algum diretor;
- F) Assinar correspondência e expediente da associação, podendo delegar poderes para tal fim ao Secretário Geral;
- G) Licenciar diretores e designar substitutos interinos ou não;
- H) Superintender os serviços a cargo dos Diretores, preservando a harmonia administrativa;
- I) Criar comissões para estudos e soluções de questões de interesses administrativos;
- J) Providenciar o comparecimento do Vice-Presidente e Diretores às reuniões das comissões e às assembleias;
- K) Apresentar, anualmente, o relatório das atividades desempenhadas;
- L) Assinar documentos e contratos em nome da associação;
- M) Autorizar despesas, no limite de 3 salários-mínimos;
- N) Resolver qualquer assunto urgente e imprevisto dando conta à Diretoria em reunião subsequente;
- O) Levar ao conhecimento da assembleia geral quaisquer problemas que estejam obstruindo o funcionamento da associação.

Artigo 33. Compete ao Vice-Presidente:

- A) Substituir o presidente em seus impedimentos;
- B) Dirigir e praticar como delegado do presidente, os atos da presidência que lhe forem expressamente atribuídos;
- C) Participar das reuniões das Comissões.

Artigo 34. Compete aos Diretores:

- A) Preparar projetos de trabalho na área a que foi designado;
- B) Tomar parte nas reuniões da Diretoria;
- C) Criar equipes de trabalho com voluntários;
- D) Requerer injeção financeira em projetos, devidamente apresentados para a Diretoria;

Artigo 34. Compete ao Secretário Geral:

- A) Preparar as pautas a serem submetidas à Diretoria – inclusive pautas de reuniões e de assembleia;
- B) Dar conhecimento, aos associados, de assuntos tratados nas reuniões da Diretoria, quando forem de interesse geral;
- C) Manter sob sua guarda e responsabilidade a correspondência e documentação da associação;
- D) Redigir as ATAs e documentos necessários.

Artigo 35. Compete ao Tesoureiro Geral:

- A) Organizar, fiscalizar e manter em dia a contabilidade da associação;
- B) Efetuar recebimento e pagamento de despesas autorizadas, se solicitado pela presidência;
- C) Organizar os balancetes mensais e o balanço anual;
- D) Realizar compras autorizadas;
- E) Manter em dia o inventário dos bens e os valores da associação;
- F) Auxiliar o presidente na elaboração de todo balancete e previsão orçamentária.

SEÇÃO III – DO CONSELHO FISCAL

Artigo 36. O Conselho Fiscal será composto de 01 Presidente e 2 conselheiros membros, eleitos, que não podem ser participantes da Diretoria, com mandato de 1 ano.

Parágrafo único: Serão eleitos, também, dois suplentes, que substituirão os membros efetivos em caso de renúncia.

Artigo 37. Compete ao Conselho Fiscal:

- A) Orientar a Diretoria quanto aos gastos;
- B) Aprovar despesas de até 7 salários mínimos;

- C) Aprovar os balancetes mensais e anuais da Diretoria Executiva;
- D) Reunir-se ao menos semestralmente com a Diretoria Executiva.

Artigo 38. Perderá o mandato o membro do Conselho Fiscal que não comparecer a mais de 03 sessões consecutivas, devendo ser substituído por membro indicado pelo Presidente do Conselho Fiscal, com aprovação da Diretoria Executiva.

Parágrafo Único: Em caso de não concordância sobre o substituto, deverá ser eleito um novo membro em Assembleia.

CAPÍTULO VI

Das eleições

Artigo 39. Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal serão eleitos em Assembleia Geral convocada para este fim, com antecedência mínima de 15 dias.

Artigo 40. As disposições da eleição e regras para inscrição de chapa e votação serão informadas no edital de convocação da assembleia, sendo garantido o direito de inscrição de chapa até 3 dias antes da assembleia.

Artigo 41. O voto é secreto, pessoal e intransferível.

Artigo 42. Serão impugnadas as chapas que contiverem membros não-associados ou associados inadimplentes com suas obrigações.

§1º. Só poderão se candidatar a cargos eletivos os associados EFETIVOS, precisando:

- a) Se proprietário, residir na área da ACMNV;
- b) Se residente com proprietário, ter autorização deste;
- c) Se inquilino, possuir contrato com vigência durante a duração do mandato.

§2º. É vedado o parentesco de associados na mesma chapa, assim como a nomeação de familiares para os cargos nomeados.

§3º. É proibida a candidatura para Presidente da ACMNV ou para qualquer cargo eletivo de ex-presidente que foi destituído ou que não teve suas contas aprovadas ao final do mandato.

CAPÍTULO VII

Do Patrimônio, Dissolução e Liquidação da Associação

Artigo 43. O Patrimônio da Associação compreende:

- a) Os bens móveis adquiridos sob qualquer título;
- b) As contribuições espontâneas;

- c) As contribuições dos associados;
- d) Os bens imóveis que vierem a ser adquiridos;

Parágrafo Único: O patrimônio da associação ficará sob a guarda e administração da Diretoria Executiva.

Artigo 44. Em caso de emergência ou calamidade na administração da associação ou na sociedade como um geral, poderá a Assembleia Geral instituir um mandato emergencial, de 6 meses, prorrogáveis por mais 6 meses, cujo funcionamento será definido na assembleia que o institua.

Artigo 45. O mandato emergencial terá como objetivo organizar a administração da ACMNV e convocar assembleia para eleição de novo corpo diretivo.

Artigo 46. Durante o mandato emergencial, são dispensados os cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, devendo a assembleia definir os cargos do mandato.

Artigo 47. A ACMNV só poderá ser dissolvida quando esgotados todos os recursos para sua sobrevivência, inclusive o mandato emergencial, fato reconhecido em assembleia geral e registrado em ATA.

Artigo 48. A assembleia de dissolução da associação deverá ser convocada com 30 dias de antecedência.

Artigo 49. Aprovada a dissolução, a assembleia elegerá uma Comissão de 5 membros que organizará as deliberações feitas pela assembleia e os trâmites necessários para a dissolução.

Artigo 50. Os associados, em assembleia para dissolução, decidirão o destino do patrimônio, de forma discriminada.

CAPÍTULO VIII

Disposições Gerais

Artigo 51. Somente os associados EFETIVOS ADIMPLENTES podem exercer cargos nos órgãos da ACMNV.

Artigo 52. Se o associado efetivo ocupante de algum cargo na ACMNV perder algum dos requisitos de associado EFETIVO, será considerado automaticamente destituído do cargo, devendo seguir o disposto neste estatuto.

Artigo 53. Deverá ser convocada assembleia geral extraordinária para novas eleições, no prazo de 30 dias, nos seguintes casos:

- a) Se o Presidente da ACMNV renunciar ou for destituído enquanto o cargo de Vice-Presidente estiver vacante;
- b) Se os membros todos do Conselho Fiscal renunciarem ou forem destituídos;

- c) Se o Presidente da ACMNV se ver em situação de administrar sozinho, estando vacantes os cargos de Vice-Presidente, secretariado, tesouraria e de direção.

CAPÍTULO IX

Do Orçamento

Artigo 54. O orçamento da associação será elaborado e publicado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal, devendo ser amplamente divulgado, no mês de dezembro de cada ano, prevendo a receita e fixando as despesas, levando-se em consideração os objetivos da gestão para o ano seguinte.

Parágrafo único: Será automaticamente prorrogado para o exercício seguinte o orçamento em vigor se até 31 de dezembro a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal não tiverem aprovado e publicado um novo orçamento.

Artigo 55. A taxa mensal cobrada pela ACMNV dos associados sofrerá, automaticamente, um reajuste anual levando em consideração a inflação e a taxa SELIC.

Artigo 56. O presente estatuto, depois de lido e aprovado pela assembleia geral, entra em vigor, revogando o estatuto anterior e todas as disposições em contrário e levará o nome dos membros que o elaboraram.

Local, data
Membros, assinatura